



Treaty Series No. 6 (1932)

[Reprint of "Irish Free State Treaty Series"]

# TREATY OF COMMERCE AND NAVIGATION

between His Majesty, in respect of the  
Irish Free State,

and

the President of the Portuguese Republic

Dublin, October 29, 1929

*Presented by the Secretary of State for Foreign Affairs  
to Parliament by Command of His Majesty*

LONDON:

PRINTED AND PUBLISHED BY HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE

To be purchased directly from H.M. STATIONERY OFFICE at the following addresses:

Adastral House, Kingsway, London, W.C.2; 120, George Street, Edinburgh;

York Street, Manchester; 1, St. Andrew's Crescent, Cardiff;

15, Donegall Square West, Belfast;

or through any Bookseller.

1932

Price 2d. Net

Cmd. 4025

TREATY OF COMMERCE AND NAVIGATION BETWEEN HIS  
MAJESTY, IN RESPECT OF THE IRISH FREE STATE, AND  
THE PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC.

---

*Dublin, October 29, 1929.*

---

His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions beyond the Seas, Emperor of India, on behalf of the Irish Free State, and the President of the Portuguese Republic, being desirous of improving and extending the commercial relations between the Irish Free State and Portugal, have resolved to conclude a Treaty with that object and have named as their respective Plenipotentiaries, that is to say :

His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions beyond the Seas, Emperor of India, on behalf of the Irish Free State :

Patrick McGilligan, Minister  
for External Affairs ;

and

The President of the Portuguese Republic :

Agnelo Lopes da Cunha Pessoa,  
Consul-General for Portugal  
in Dublin and Counsellor of  
Legation ;

who, having communicated to each other their respective full powers, found in good and due

O Presidente da Republica Portuguesa e Sua Majestade o Rei da Gran Bretanha, Irlanda e Dominios ingleses de alem dos Mares, Imperador da India, por parte do Estado Livre da Irlanda, desejosos de melhorar e desenvolver as relações comerciais entre Portugal e o Estado Livre da Irlanda, resolveram concluir um Tratado, para esse efeito, e nomearam por seus respectivos Plenipotenciarios, a saber :

O Presidente da Republica Portuguesa :

Agnelo Lopes da Cunha Pessoa,  
Consul Geral de Portugal  
em Dublin e Conselheiro de  
Legação ;

e

Sua Majestade o Rei da Gran Bretanha, Irlanda e Dominios Ingleses de alem dos Mares, Imperador da India, por parte do Estado Livre da Irlanda :

Patrick McGilligan, Ministro  
dos Negocios Externos ;

os quais depois de se haverem comunicado os respectivos plenos poderes, achados em bôa e devida

form, have agreed upon the following articles :—

forma, acôrdaram nos seguintes artigos :

ARTICLE 1.

ARTIGO 1º.

Goods produced or manufactured in Portugal and in the adjacent Islands shall enjoy most-favoured-nation treatment in the Irish Free State in respect of import duties, contingent customs duties, internal duties, or any other analogous benefit which has been or may be granted to a third Power. The same treatment shall be accorded in the Irish Free State to goods produced in the Portuguese Colonies, whether imported directly from the said Colonies, or re-exported from the mother country.

Os produtos do solo e da industria de Portugal e Ilhas Adjacentes gozarão no Estado Livre da Irlanda do tratamento da nação mais favorecida, tanto pelo que respeita aos direitos de importação como aos contingentes aduaneiros, direitos internos ou qualquer outro beneficio analogo que se tenha concedido ou venha a conceder a uma terceira Potencia. Igual regime sera aplicado no Estado Livre da Irlanda aos produtos das Colonias Portuguesas, quer sêjam directamente importados dessas Colonias quer sêjam reexportados da Metropole.

ARTICLE 2.

ARTIGO 2º.

Goods produced or manufactured in the Irish Free State shall enjoy in Portugal and in the adjacent Islands the benefits of the minimum customs tariff at present in force or which may subsequently come into force. All goods produced or manufactured in the Irish Free State, on importation into Portugal or the adjacent Islands, shall receive unconditional most-favoured-nation treatment. For the application of this treatment, the Irish Free State may not invoke the Agreements into which Portugal may have entered or into which she may enter with Spain and Brazil.

Os produtos do solo e da industria do Estado Livre da Irlanda gozarão em Portugal e nas Ilhas Adjacentes do beneficio da pauta minima em vigôr ou que venha a vigorar ulteriormente. Todos as mercadorias produzidas ou fabricadas no Estado Livre da Irlanda gozarão, quando importadas em Portugal e nas Ilhas Adjacentes, do tratamento incondicional de nação mais favorecida. Para a applicação deste tratamento, o Estado Livre da Irlanda não poderá invocar os acôrdos que Portugal tiver celebrado ou venha a celebrar com a Espanha e o Brazil.

ARTICLE 3.

ARTIGO 3º.

It is understood that nothing in the present Treaty shall affect

Fica entendido que nada na presente Tratado poderá afectar o

the right of the Government of the Irish Free State to modify, maintain, or extend preferential treatment accorded to any of the States Members of the British Commonwealth of Nations.

ARTICLE 4.

No prohibition or restriction shall be maintained or imposed on the importation of any article the produce or manufacture of the territories of either of the High Contracting Parties into the territories of the other, from whatever place arriving, which shall not equally extend to the importation of the like articles being the produce or manufacture of any other country. The only exception to this general rule shall be in the case of the sanitary or other prohibitions occasioned by the necessity of securing the safety of persons, or of animals, or of plants useful to agriculture.

It is agreed that the Irish Free State shall, so long as the present Treaty remains in force, allow the importation, subject to whatever customs duties to which they are liable, as well as the transportation and sale in the country, of all Portuguese wines of an alcoholic graduation not exceeding 42° Sykes of proof spirit (23.9658° centesimal).

ARTICLE 5.

Irish commercial travellers in Portugal and Portuguese commercial travellers in the Irish Free State shall enjoy the treatment granted to the most favoured nation.

direito do Governô do Estado Livre da Irlanda de modificar, manter, ou conceder tratamento de preferênciã aos Estados membros do Imperio Britanico.

ARTIGO 4º.

Nenhuma proibiçã ou restricçã sera mantida ou imposta na importaçã de qualquer artigo, produto ou manufactura duma das Altas Partes Contratantes nos territorios da Outra, sêja qual fôr a procedênciã, que nã sêja igualmente extensiva á importaçã de artigos similares que forem produto ou manufactura de qualquer outro Pais. As unicas excepções a esta regra geral serã as que se derem no caso de proibições sanitarias ou outras, ocasionadas pela necessidade de defêsa da saude das pessoas, ou dos gados, ou de plantas uteis para a agricultura.

Durante a vigênciã do presente Tratado, o Governô do Estado Livre da Irlanda permitirã a importaçã, sujeita aos direitos aduaneiros em vigor, e bem assim o transporte e venda dentro do Paiz de todos os vinhos portuguezes cuja graduaçã alcoolica nã excêda 42 graos (Sykes) de aguardente de prova ou (23.9658 graos centessimais).

ARTIGO 5º.

Os caixeiros viajantes irlandeses em Portugal e os caixeiros viajantes portuguezes no Estado Livre da Irlanda serã submetidos ao tratamento concedido á naçã mais favorecida.

## ARTICLE 6.

The Government of the Irish Free State recognise that the designations of wine of Porto and of Madeira (including the general designations of "Port Wine" and "Madeira Wine") belong exclusively to wines produced respectively in the Portuguese regions of the Douro and of the Island of Madeira, and they undertake to suppress, by means of seizure and other adequate penalties, the importation, storage, exportation, fabrication, circulation, sale or exhibition for sale, of wines bearing the designations of wine of Porto and of Madeira which have not originally been produced in the regions of the Douro and of the Island of Madeira respectively. The authenticity of wines of Porto and Madeira shall be established by the Certificates of Origin issued by the competent Portuguese Authorities, and the importation of wines bearing such designations shall not be allowed unless accompanied by the said documents.

The seizure of incriminated products shall be effected and the other penalties applied on the initiative of the competent Authorities or of an interested party, private person, association or syndicate.

These stipulations shall apply even if the aforesaid regional designations are accompanied by certain expressions or qualifications such as "character," "type," "quality," "kind," or any similar expression.

The Government of the Irish Free State engage to recommend

## ARTIGO 6º.

O Govêrno do Estado Livre da Irlanda reconhece que as designações de vinho do Porto e da Madeira (incluindo as designações gerais de "Port Wine" e de "Madeira Wine") pertencem exclusivamente aos vinhos produzidos nas regiões portuguesas respectivamente do Douro e da Ilha da Madeira e compromete-se a reprimir pela apreensão e por outras sanções adequadas a importação, a armazenagem, a exportação, o fabrico, a circulação, a venda ou a exposição á venda, de vinhos sob as designações de vinho do Porto e da Madeira que não sêjam originarios das respectivas regiões do Douro e da Ilha da Madeira. A autenticidade dos vinhos do Porto e da Madeira sera estabelecida pelos certificados de origem passados pelas auctoridades portuguesas competentes e a importação de vinhos com aquêlas designações não sera auctorizada senão mediante a apresentação desses documentos.

A apreensão dos produtos incriminados sera efetuada e as outras sanções serão applicadas quer por iniciativa das auctoridades competentes quer de uma parte interessada, individuo, associação ou sindicato.

Estas disposições applicam-se mesmo quando as citadas marcas regionais sêjam acompanhadas de determinadas expressões ou rectificações, tais como "genero," "tipo," "especie," "qualidade," ou outras semelhantes.

O Govêrno do Estado Livre da Irlanda obriga-se a recomendar

to the Oireachtas any legislation which may be necessary in order to give full effect to the provisions of this article.

ARTICLE 7.

So long as the present Treaty is in force, the Government of the Irish Free State shall grant most-favoured-nation treatment to the Portuguese Mercantile Marine. On their side, the Portuguese Government shall grant to the Mercantile Marine of the Irish Free State in ports of continental Portugal and of the adjacent Islands a reduction of 25 per cent. on the maritime trade taxes at present in force or on those which may subsequently substitute them, and they shall grant most-favoured-nation treatment to the said Mercantile Marine in the ports of the Portuguese Colonies.

ARTICLE 8.

The present Treaty shall be ratified according to the law of each country. The Treaty shall come into force one month after the date on which its ratification by the Government of the Irish Free State has been notified to the Portuguese Government,\* and it shall be valid for the period of one year from the date of its coming into force. If it be not denounced three months before the expiration of this period, it shall continue to be in force by tacit understanding until the end of a period of three months from the date of its denunciation by one or other of the High Contracting Parties.

\* The Treaty came into force on October 16, 1931.

ao Parlamento (Oireachtas) a legislação que seja julgada necessária para o inteiro cumprimento das disposições deste artigo.

ARTIGO 7º.

Durante a vigência do presente Tratado, o Governo do Estado Livre da Irlanda concederá á marinha mercante portuguesa o tratamento da nação mais favorecida. Por seu lado, o Governo Português concederá á marinha mercante do Estado Livre da Irlanda, na metropole e Ilhas Adjacentes, a redução de 25 por cento sobre as taxas do imposto de comercio marítimo actualmente em vigôr ou que as vierem a substituir ulteriormente e concederá á dita marinha mercante nas Colonias Portuguesas, a tratamento da nação mais favorecida.

ARTIGO 8º.

O presente Tratado sera ratificado conforme a legislação dos dois paizes. Entrará em vigôr um mês depois da ratificação do Estado Livre da Irlanda ter sido notificada ao Governo Português e sera valido por um año. Se não fôr denunciado três meses antes de terminar este prazo, sera prorrogado por tacita recondução até o termo dum prazo de três meses, a partir do dia em que um ou outro dos dois Governos o tiver denunciado.

In witness whereof the respective Plenipotentiaries have signed the present Treaty and have affixed thereto their respective Seals.

Em firmeza do que os respectivos Plenipotenciarios assinaram o presente Tratado e lhe apuseram os seus selos oficiais.

Done at Dublin in duplicate this twenty-ninth day of October in the year one thousand, nine hundred and twenty-nine.

Feito em duplicado em Dublin, aos vinte e nove dias de Outubro de anno de mil novecentos e vinte e nove.

(L.S.) PATRICK MCGILLIGAN.

(L.S.) AGNELO LOPES DA CUNHA PESSOA.

